



A REVISÃO DA CULPA: A GUERRA DO PARAGUAI NA BIOGRAFIA DE BENJAMIN CONSTANT POR TEIXEIRA MENDES (1892)

*Fabiano Barcellos Teixeira*¹

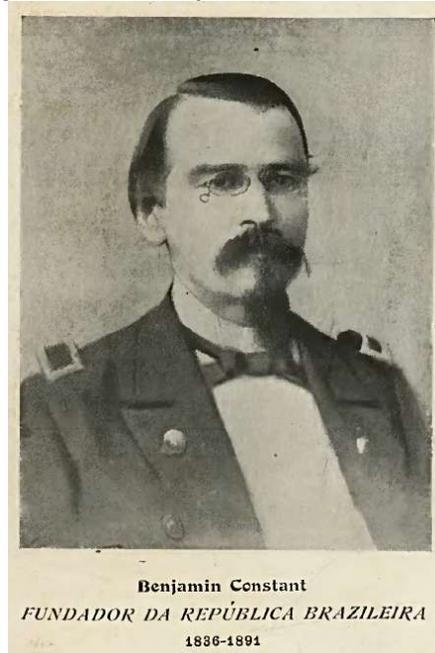
Um governo que soberbamente ostentava achar-se em luta para libertar o Paraguai do seu tirano [Solano López], não corava ante o aviltamento hereditário [da escravidão] a que condenava milhões de seus compatriotas. (p. 165)

Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira estabeleceu crítica sistemática ao Império na Grande Guerra do Prata. Dedicada à viúva Maria Joaquina Botelho de Magalhães, a obra de Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), líder dos positivistas ortodoxos no Brasil, foi publicada em 1892, ampliada em 1913 e reimpressa em 1936, contendo diversos documentos relativos à vida de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-91 – Figura 1), engenheiro militar que participara da Guerra do Paraguai, tornando-se em seguida discípulo e divulgador do positivismo nas escolas militares que lecionava e, finalmente, um dos próceres da Independência, além de ministro na jovem república brasileira.²

¹ Doutorando pelo PPG em História da Universidade de Passo Fundo-RS. Bolsista Capes. E-mail: fabianobt83@gmail.com

² MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*. 1. Vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892. 809 p.

Figura 1: Foto de Benjamin Constant



Fonte: MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamin Constant: esboço de [...]* p. II

Nas mais de 800 páginas do livro, Raimundo Teixeira Mendes, um dos fundadores da Igreja Positivista do Brasil, divide a história brasileira em duas fases, antes e depois de 1850 (ano 62 no calendário positivista que começa sua cronologia a partir do início da Revolução Francesa de 1789), data que seria marcada pelas primeiras manifestações dos seguidores da doutrina de Augusto Comte no Brasil. Na obra, narra-se a “infância e meninice” de Benjamin Constant, com destaque a origem da sua família; a sua “adolescência, onde foi promovido a alferes-aluno em 1855; a sua “juventude”, marcada pela morte de Augusto Comte em 1857, ano que Benjamin também teve iniciação na doutrina de Comte para finalmente a obra centrar-se na fase adulta, “madura”, onde o autor também analisa aspectos da história brasileira e platina no século 19, como a Guerra do Paraguai – sobretudo entre as páginas 102 a 170 – conflito que Benjamin teve participação, como referido.

Nas páginas daquele trabalho, Teixeira Mendes criticou o expansionismo e o intervencionismo imperial nos Estados platinos no século 19, propondo uma superação dos traumas da chamada Guerra do Paraguai ou da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Inicialmente o autor recriminou as constantes interferências imperiais nos governos uruguaios, sempre contra os *blancos* – nacionalistas –, destaque à deposição do presidente Manuel Oribe, em 1851, e Bernardo Berro e Atanásio Aguirre, em 1863 e 1864. Em seguida, Teixeira Mendes criticou a intervenção do Império contra o governo do “ditador Rosas” da Argentina, em 1851-52, e sobretudo condenou a ação do Império contra o governo e em seguida contra o povo do Paraguai na guerra que devastou aquele país, destacando portanto as origens do conflito que desgraçou as “nações irmãs” entre 1864-

A crítica de Teixeira Mendes respondia a predominantes argumentos patrióticos-ufanistas que justificavam as ações *libertadoras* do Império no Prata.³ Este buscava, sobretudo, derrubar governos opressores que estariam prejudicando os súditos do imperador Pedro II (1825-91), proprietários de fazendas no Uruguai, conforme defendia a versão nacionalista imperial.⁴ Em um país de milhões de escravos a opressão era habitual por parte das classes proprietárias e hegemônicas.

[Era] incontestável [...] que o governo imperial empreendeu a guerra de 63 (1851) [contra o Uruguai e a Argentina] sem nenhum pensamento diretamente generoso e com o fito exclusivo de seus interesses. Aliás, não deixaria de ser curiosa a hipocrisia de um governo que armasse os seus súditos para libertar os povos vizinhos do jugo dos seus tiranos, quando em sua Pátria se contavam por milhões os seus concidadãos escravizados pela mais monstruosa das opressões.⁵

Baseado em documentos oficiais do Império brasileiro, como em relatórios de ministros que atuavam no Brasil, na Europa e nos países vizinhos, em discursos no parlamento, em correspondências pessoais ou profissionais, etc., Teixeira Mendes refletia sobre a responsabilidade daquele “atentado” que foi a Guerra do Paraguai. Em circular da Igreja Positivista publicada em 1908, Teixeira Mendes resumiu que a culpa pela guerra caberia “primeiro, ao governo brasileiro; depois, ao governo argentino; e, por último, aos governos paraguaio e oriental.”⁶

Na sua obra principal, Teixeira Mendes reafirmava o direito das nações mais frágeis de não sofrerem intervenção por parte das grandes nações, contrariando a política do governo imperial no Prata na segunda metade do século 19. O governo central do Rio de Janeiro oprimia até mesmo as províncias internas do país em formação.

a monarquia Brasileira não só tentou incorporar à América portuguesa a Banda Oriental, como não hesitou em recorrer às maiores violências para evitar que várias de suas províncias constituíssem-se em estados independentes. Só abriu mão da primeira pretensão diante da impossibilidade material de levar avante os seus intuítos; e dez anos de luta não foram bastante para reconhecer a autonomia do Rio Grande do Sul, assim como pela compressão obrigara antes Pernambuco e outras províncias do norte a ficarem sob o domínio da dinastia de Bragança.⁷

³ Cf. DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: reposta ao sr. Jorge Thompson*. [1. ed. 1870] Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956; SOARES, Álvaro Teixeira. *O drama da Triplice Aliança: 1865-1876*. Rio de Janeiro: Brand, 1956; DUARTE, Paulo de Queiróz. *Os voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*. [1. ed. 1910] Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981; entre outros.

⁴ MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço de uma apreciação sintética*. [...] Ob. Cit. p. 102-103.

⁵ Idem. p. 103.

⁶ MENDES, Raimundo T. “Ainda o militarismo e a política moderna: a propósito das recentes glorificações oficiais da guerra do Paraguai”. *Apostolado Positivista do Brasil*, n. 261, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1908. p. 1-2.

⁷ MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*. 1. Vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892. p. 107-108.

Como dito, no relacionamento diplomático entre as nações, impunha-se a resolução das eventuais contradições por arbitragem internacional, em exercício aos princípios altruístas da humanidade. Princípio que foi desconsiderado no relativo às contendas de fronteira que havia entre o Brasil e o Paraguai (em parte do atual Mato Grosso do Sul), o Brasil e a Argentina e o Brasil e o Paraguai (em parte da região do Chaco argentino), antes de estourar a guerra em 1864.⁸ Os territórios em litígio entre os governos dos citados países ficaram de posse integral com as nações vencedoras da guerra prevalecendo os interesses das nações vitoriosas no conflito.

Seguindo sua análise, Teixeira Mendes esclarecia que o tratado de 1850 celebrado entre Império e Paraguai na aliança contra Rosas da Argentina foi resultado de uma política *amistosa* proposta pelo Império na sua luta pela hegemonia no Prata diante de Buenos Aires. Oficialmente, apenas em 1844 o Império havia reconhecido a independência do Paraguai, mas em seguida já cobrava seu alto preço naquela relação.

Por esse tratado [1850] o Brasil se comprometia a promover o reconhecimento da independência da mesma república pelas potências que ainda o não tivessem feito. Ajustava em trabalhar de acordo com ela para alcançar a franca navegação do Paraná, e assegurar a independência da república do Uruguai. Não foi, pois, por um generoso impulso que o Império contribuiu para uma independência de que tanto alarde se tem feito para acusar o Paraguai de ingratidão, insuflando duplamente a vaidade nacional. A autonomia do Paraguai, como a da república Oriental, é uma vantagem que se impõe ao mais rudimentar cálculo de qualquer político Brasileiro, a fim de conter as pretensões da Confederação Argentina.⁹

Deste modo, de antigos aliados em princípios de 1850, após a queda de Rosas da Argentina, em 1852, o governo do Brasil mudou seu comportamento com o Paraguai e passou a não tolerar mais qualquer suposta ameaça aos seus interesses expansionistas e hegemônicos.

Ficamos [Brasil], porém, com o nosso orgulho e a nossa vaidade nacionais exaltados ao ponto de começarmos a olhar com desdém para os nossos aliados [paraguaios]. As nossas suscetibilidades patrióticas entraram a alarmar-se ante as pretensões que o Paraguai opunha às nossas, tanto na questão de navegação franca do rio daquela denominação como na de limites. Os seus armamentos que só podiam razoavelmente ser atribuídos à necessidade de preparar-se para a defesa contra as poderosas nações que o cercavam, e de cujas vistas ambiciosas devia temer-se, começaram a despertar apreensões do nosso lado.¹⁰

Teixeira Mendes mencionou as “tensas” relações entre Império e Paraguai, em 1854-55, certamente se referindo a imponente e fracassada expedição naval que partiu do Rio de Janeiro

⁸ Para mais detalhes sobre a província do Mato Grosso no conflito, confira: ESSELIN, Paulo M. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul - Mato Grossense* (1830 - 1910). 1º. ed. Dourados: Editora da Universidade Federal de Dourados, 2011; MIRANDA FILHO, Orlando. *O Primeiro Tiro: A ocupação do sul de Mato Grosso na Guerra do Paraguai (1864-70)*. Porto Alegre: FCM; Passo Fundo, PPGH Universidade de Passo Fundo, 2016.

⁹ MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida [...] Ob. Cit. p. 108.*

¹⁰ Idem. p. 116.

rumo a Assunção.¹¹ Em seguida, o autor destacou a assinatura, entre os dois citados países, do tratado de “livre navegação” do rio Paraguai, em 1858, negociado por Silva Paranhos, sendo que a questão de limites ainda seria definida depois [em 1862], mas que apesar dos acordos diplomáticos “persistiram as desconfianças e as suscetibilidades das vaidades nacionais de ambos os países”.¹² Destaque-se que o tratado de 1858 restringia a uma série condições a navegabilidade brasileira no interior do Paraguai, sendo, no entanto, um avanço ao Império as condições anteriores.

As relações entre o Império do Brasil e a então imperialista Inglaterra também estiveram tensas, entre 1861-63, assunto conhecido em história do Brasil como “Questão Christie”, em homenagem ao diplomata inglês no Brasil na época William Christie. As desavenças iniciaram após o naufrágio do navio britânico, *Prince of Wales*, em junho de 1861, no litoral do Rio Grande do Sul, que teve sua carga saqueada por populares. O episódio gerou desavenças entre os governos das nações envolvidas que foram agravados após a prisão de três marinheiros ingleses que estariam fazendo arruaças no Rio de Janeiro, em 1862. No ano seguinte, navios ingleses partiram do porto do Rio de Janeiro e apreenderam cinco navios mercantes brasileiros em alto-mar para saldar o valor que o governo brasileiro supostamente deveria desde o início da “Questão Christie”, culminando o auge das desavenças políticas entre os dois países.¹³

Pedro II solicitou ao governo inglês um pedido formal de desculpas e indenização. Diante da negativa, o Império rompeu relações com os britânicos. O desgaste diplomático entre os dois países se originava da pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro desde a década de 1830, pois a nação imperialista necessitava de mercado consumidor e fornecedor de matéria prima as suas indústrias em expansão.

Na época habitualmente os governos nacionais solicitavam arbitragem internacional para solucionar contendas diplomáticas, conforme salientava em diversos momentos da sua obra Teixeira Mendes. Assim, Brasil e Inglaterra decidiram levar a querela ao rei Leopoldo II (1835-1909), da Bélgica – tio da rainha Vitória (1819-1901), da Inglaterra. A decisão do rei, no entanto, foi favorável ao Brasil. A relação diplomática entre Brasil e Inglaterra, contudo, continuaria rompida por em torno de mais dois anos, sendo restabelecida apenas em 1865, já no contexto da Grande Guerra do Prata.

Teixeira Mendes destacou que o “orgulho” brasileiro foi ferido na questão com a Inglaterra, antes de 1865. Logo, o Império dirigiu sua *reabilitação* internacional à região platina.

O conjunto destas negociações feriu profundamente o amor-próprio nacional, elevando as nossas suscetibilidades patrióticas ao mais alto grau. Daí uma disposição belicosa, que não

¹¹ Cf. TEIXEIRA, Fabiano B. *A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval do império do Brasil a Assunção* (1854-55). Passo Fundo: Méritos, 2012.

¹² MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço [...] Ob. Cit.* p.117.

¹³ Idem. p. 118-122.

podendo explodir em relação à Inglaterra, sem que ninguém se desse conta do fato, tendia a precipitar-nos em uma luta para saciar o orgulho patriótico humilhado. Nenhuma situação de ânimo era menos favorável ao estado de nossas relações com as repúblicas do Prata¹⁴.

Em 1863, o “ex-conselheiro Saraiva” [José Antônio Saraiva (1823–1895)] foi enviado em “missão especial ao Rio do Prata”, tendo por “pretexto reclamar do governo oriental [Uruguai] a punição dos acusados de crimes contra a propriedade, a vida e a honra de cidadãos brasileiros domiciliados na Banda Oriental e obter garantias para o futuro dos mesmos.”¹⁵ Mas, “examinando os documentos oficiais, os corações que se não deixarem arrastar pelos preconceitos de um estreito patriotismo, reconheceram que o governo imperial não procedeu como o exigiam os supremos princípios da Humanidade.”¹⁶ A intervenção do Império no Uruguai desencadearia a Grande Guerra do Prata, pois o governo destituído na banda oriental era aliado do governo paraguaio de Francisco Solano López (1827-70) que, por sua vez, já havia alertado que reagiria à deposição do governo *blanco*.

Em 1892, Raimundo Teixeira Mendes deixou claro que a Guerra contra o Paraguai iniciou no Estado uruguaio. “E assim precipitou-se o Brasil na guerra contra a República do Uruguai da qual originou-se a campanha do Paraguai”.¹⁷ O autor assinalou que o presidente paraguaio Francisco Solano López até poderia ter desejos imperialistas e expansionistas no Prata, aspirações também desenvolvidas pelo Império, mas que as ações violentas do Império foram as determinantes para a ocorrência do conflito. Ao autor, a “responsabilidade” sobre o conflito deve ser centralizada nas suas origens, sobretudo no ano de 1864, e não ela ser condicionada pelos “desastres de uma luta prolongada” teve na conduta do líder paraguaio Solano López.

O histórico destes acontecimentos basta para evidenciar a responsabilidade que coube ao governo imperial na última guerra que tivemos a infelicidade de sustentar. Julgando os fatos à vista dos documentos oficiais e sem prevenções de amor próprio nacional, ninguém poderá desconhecer que sejam quais forem os erros e crimes justamente imputáveis a López, foi o governo do ex-imperador quem determinou a luta pela sua atitude para com a República Oriental. Além disso, os cálculos ambiciosos que se atribuem a López constituem apenas manifestações de sentimentos e opiniões análogas às que animavam o governo brasileiro. Quem não recuava diante da violência e a corrupção para manter a monarquia na América portuguesa e a integridade da nacionalidade brasileira, não pode considerar um crime que López visasse a reconstrução do vice-reinado de Buenos Aires e aspirasse fazer-se imperador. Tão pouco podem ser invocados contra o ditador do Paraguai para justificar a guerra, as atrocidades que se lhe imputam depois que os desastres de uma luta prolongada foram anulando as qualidades dignas que porventura possuía e agravando os seus estímulos egoístas. É preciso julgar dos acontecimentos como eles se desenrolaram em fins de 76 (1864).¹⁸

¹⁴ Idem. p. 121.

¹⁵ Idem. p. 122.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Idem. p. 128.

¹⁸ Idem. p. 138-139.

Seguindo a narrativa sobre os primeiros eventos da guerra, Teixeira Mendes destacou as prováveis pretensões de Solano López ao invadir o Rio Grande do Sul, tendo que atravessar parte do território argentino, em princípios de 1865.¹⁹ Já naquele momento, os governos do Brasil e da Argentina costumavam uma aliança política que praticamente selava a sorte paraguaia.

López projetou a invasão do Rio Grande do Sul, quem sabe se na esperança de sublevá-lo contra o Império. Nesse intuito pediu licença à Confederação Argentina para atravessar o território federal; e sendo-lhe negada, rompeu com o governo de Buenos-Aires, precipitando-o assim na aliança armada com o Brasil. Deve-se notar que antes de enviar o seu ultimatum ao governo de Montevidéu, o ex-conselheiro Saraiva tratou de assegurar-se do assentimento do governo argentino à política imperial. E a aquiescência dada pelo general Mitre a essa política constituiu um gravíssimo erro, porque é bem provável que uma oposição generosa de Buenos Aires tivesse feito tomar a nossa diplomacia um curso diferente.²⁰

Teixeira Mendes destacou a obsessão do Império do Brasil, da república do Uruguai e da Confederação Argentina em lutar contra o governo de Solano López. Ela foi formalizada pelo Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio de 1865. No entanto, pelo lado aliado o conflito teria outras importantes razões que ultrapassavam a simples deposição do *ditador e tirano* inimigo.

já em 2 de Shakespeare de 78 (11 de Setembro de 1866) López sentiu a necessidade de negociar a paz. Suas propostas não foram, porém, atendidas porque o Império assentara em não concluir a guerra sem a expulsão do ditador paraguaio. Assim o especificava o tratado da tríplice aliança pelo qual o Brasil, a República Argentina e o general Flores, em nome da República Oriental, decidiram entre si da sorte da República do Paraguai.

Determinavam-se as draconianas condições pós-guerra contra o adversário dos aliados, o Paraguai. Os interesses das duas maiores nações sul-americanas, a Argentina e o Brasil, seriam executados impiedosamente. Destaque-se a seguir a menção aos troféus e a dívida de guerra. Benjamin Constant e sobretudo os positivistas ortodoxos como Teixeira Mendes defenderam no início da república brasileira que as impagáveis dívidas de guerra do Paraguai deveriam ser perdoadas pelos aliados e os troféus de guerra deveriam ser devolvidas ao Paraguai, eventos que só foram definidos ao longo do século 20.²¹

Proclamando aí que se fazia a guerra não contra o povo paraguaio, mas contra o seu governo; estatuíam-se, no entanto nele e no protocolo anexo os limites da República segundo o entendiam o Império [do Brasil] e a Confederação [Argentina]; determinava-se o desarmamento da nação paraguaia; distribuía-se os despojos e os troféus tomados na luta, e impunha-se ao mesmo povo o pagamento das despesas da guerra!²²

¹⁹ Sobre o Rio Grande do Sul na Guerra, confira: JARDIM, Wagner Cardoso. *Longe da Pátria: A invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana, 1865*. Porto Alegre: FCM Editora; Passo Fundo PPGH UPF, 2015.

²⁰ MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço [...] Ob. Cit.* p. 139.

²¹ Cf. TEIXEIRA, Fabiano B. “Batalha vã”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. ed. 124, junho2016. Disponível em: https://www.academia.edu/27812167/TEIXEIRA_Fabiano_B._Batalha_v%C3%A3_junho2016-RHBN.pdf

Após o insucesso da batalha de Curupaiti, em setembro de 1866, Luís Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias (1803-80), foi nomeado comandante geral das forças aliadas. A reação aliada foi exitosa e o “prolongamento da guerra a partir desse momento, torna-se um verdadeiro crime de lesa-Humanidade”. A crueldade do imperador chamava a atenção do líder ortodoxo, pois o ex-monarca não cedia diante do sacrifício da vida de milhares de seus concidadãos; não vacilaria ante a perspectiva da ruína do Paraguai; não recuava diante do desperdício de enormes quantias.

A diplomacia internacional clamava pelo fim do drástico conflito, pois “o Chile, o Peru, a Bolívia, o Equador e os Estados Unidos da América do Norte (este por duas vezes) tentaram por fim a uma guerra de extermínio; o capricho imperial a nada atendeu, obsecado pela rancorosa ideia de aniquilar a López!” Mais paradoxal era a postura do imperador perante os escravizados no país, “milhões de brasileiros gemiam na escravidão, sem que o ex-monarca sentisse maculada a honra nacional, e visse sequer na redenção deles um melhor emprego das enormes somas votadas à guerra!”²³

Na década final do século 19, Teixeira Mendes publicava sua reflexão sobre as dificuldades que existiam no Brasil em admitir a culpa que o seu governo teve na guerra “fratricida” entre povos platinos, pois as “ vaidades nacionais ” falavam mais alto. Tal crítica de modo algum está desatualizada.²⁴

No entanto, até hoje a vaidade nacional tem impedido que se reconhecesse a perniciosa influência do Império nas nossas lutas com as nações platinas. Até hoje a maioria, arrastada por estreitos preconceitos, não quis romper a solidariedade com os tristes manejos de uma política que cobriu a América de cadáveres e juncou-a de ruínas.²⁵

A crítica do líder ortodoxo estendeu-se também a Igreja Católica e ao seu líder, o papa Pio IX (1792-1878), um verdadeiro “príncipe italiano” despreocupado com as relações internacionais, que não teria se manifestado sobre a Grande Guerra do Prata ignorando que os povos eminentemente católicos se exterminassem.²⁶

Em seguida, Teixeira Mendes destacou a convocação do então capitão Benjamin Constant para lutar na Guerra, em 25 de Agosto de 1866, juntando-se ao primeiro corpo do exército em operações.²⁷ “Na luta em que o governo imperial precipitara quatro nações americanas”, o então

²² MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço [...] Ob. Cit.* p. 140.

²³ Idem. p. 141.

²⁴ Para mais detalhes sobre a historiografia relativa ao conflito, confira: Maestri, Mário. *Mar del Plata. Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina Brasil, Uruguai (1810-1864)*. FCM: Porto Alegre, 2016.

²⁵ MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço [...] Ob. Cit.* p. 142.

²⁶ Idem. p. 143.

²⁷ Ibidem e 144.

soldado ainda não possuía “cabal conhecimento do Positivismo”, portanto não teria “reconhecido desde logo os erros dos diretores de nossa política” naquele conflito.²⁸

Para “reconstruir a vida militar de Benjamin Constant” o autor utilizou principalmente um “requerimento em que ungido pelo estado lastimoso de sua saúde [Benjamin Constant] pediu demissão do serviço do exército”, em maio de 1868. Em agosto de 1867, Maria Joaquina Botelho de Magalhães, sabendo da grave enfermidade do esposo por carta enviada de um colega seu de tropa, chegou ao Paraguai para convencê-lo a voltar ao Brasil. Benjamin recebeu constantes licenças para tratar de sua saúde até decidir pedir desligamento do exército.²⁹

Em dezembro de 1866, Benjamin Constant tornou-se membro da comissão de engenheiros do exército imperial na Guerra. Em fevereiro de 1867, o capitão apresentava forte estado febril, que não teria o impedido de participar da construção de trincheiras em Tuiuti terminadas em maio daquele ano, após muitas dificuldades, pois mesmo entre os *aliados* houve “temor de uma insurreição”, quando “se teve denúncia da tentativa dos correntinos [argentinos] contra os brasileiros”.³⁰

O texto segue narrando efemérides de Benjamin Constant no Paraguai, como uma discussão que ele teve com um coronel da cavalaria rio-grandense – cujo nome não foi citado – que quase resultou em tiroteio.³¹ Era difícil a convivência no interior das tropas imperiais e aliadas no calor da guerra. Para Teixeira Mendes, a participação de Benjamin no conflito foi “briosa”, “legendária”, pois mesmo com saúde precária foi um dedicado soldado que servia de inspiração aos colegas de campanha.

Ao voltar ao país e iniciar sua recuperação das moléstias contraídas em campanha que teriam prejudicado seu fígado e baço, “já em 80 (1868) Benjamin Constant fundara uma sociedade destinada ao estudo mútuo do Positivismo, a qual em breve se dissolveu sem deixar de si nenhum vestígio apreciável.”³²

Teixeira Mendes prossegue sua narrativa criticando o governo imperial que teria apoiado o *aventureiro* golpe monarquista no México, em 1864, que colocou no poder o austríaco Maximiliano de Habsburgo (1832-67), apoiado pela França de Napoleão III, mas destituído em 1867, condenado pelas tropas republicanas do ex-presidente Benito Juárez (1806-72), apoiadas pelos Estados Unidos.

A questão da abolição da escravidão tornava-se mais latente após o fim da Guerra da Secessão (1861-65) nos Estados Unidos que deixou o Brasil *sozinho* na defesa do trabalho escravo.³³ Monarquia e escravidão foram temas extensamente criticados pelos positivistas ortodoxos.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Idem. p. 144, 154 e 156.

³⁰ Idem. p. 148.

³¹ Idem. p. 150.

³² MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamim Constant: esboço [...] Ob. Cit.* p. 163-164.

Em 1870, houve uma contenda entre conservadores e liberais no parlamento que teria ofuscado a repercussão do fim do longo conflito platino.

Apeados do poder, os [...] liberais [...] hastearam um programa de insignificantes reformas. E para intimidar o monarca e captar as simpatias das classes ativas da nação, proclamaram a sua célebre divisa — reforma ou revolução. — A concórdia foi, porém, apenas nominal. [...] Começou-se então uma agitação política em todo o país, sem que a guerra exterior pudesse servir-lhe de diversão, porque o êxito dela não inspirava sérios receios a ninguém. Foi nessas disposições que a nação recebeu a notícia da morte de López! Estava vingada a honra imperial e profundamente arruinada a Pátria Paraguaia³⁴

Ainda no ano de 1870, houve a proclamação da república na França, após o Segundo Império de Napoleão III (1808-83), iniciado em 1852, derrotado na Guerra Franco-Prussiana (1870-71). Segundo Teixeira Mendes, a “notícia da inauguração da república no centro do Ocidente caiu como uma centelha na Pátria Brasileira”, pois “parte avançada da vanguarda liberal, unida a alguns moços das academias, funda o partido republicano”, que, no entanto, “insuficientemente aborda a questão social.”³⁵ Eram tímidos avanços sociais no Império na época do fim da Guerra que analisamos no texto, realidade que refletiu na historiografia, nacionalista, ufanista, que vangloriava os *heróis* militares vencedores do conflito e pouco espaço dedicava as suas profundas razões.

Em suma, a obra de Teixeira Mendes significou considerável avanço historiográfico na revisão dos significados da Guerra do Paraguai, sobretudo por ser pioneira em criticar de modo sistemático o Império no conflito, ainda que o autor utilizasse extensivamente documentação oficial do Império. Ao biografar Benjamin Constant, Teixeira Mendes abriu um novo caminho para as análises sobre a Grande Guerra do Prata.

³³ Idem. p. 166.

³⁴ Idem. p. 167.

³⁵ Idem. p. 168.